

COMO SE FECHAM OS OLHOS AO ABORTO

A condição fetal segundo Luc Boltanski

Naara Luna | Doutora e pós-doutora em antropologia pelo PPGAS/UFRJ Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ e do Departamento de Ciências Sociais da UFRRJ

Publicado em 2004, *La condition foetale: une sociologie de l'engendrement et de l'avortement*, de Luc Boltanski, é um marco no estudo interdisciplinar das ciências humanas sobre aborto. Recentemente, o primeiro capítulo do livro foi publicado em português como o artigo de título “As dimensões antropológicas do aborto”.

Luc Boltanski é um autor que estuda as dimensões normativas da atividade humana: os sentidos de justiça e de moral nas sociedades complexas (sociologia moral). Ele propõe um modelo teórico para lidar com aborto e engendramento, fazendo dialogar dados empíricos sobre o assunto e diferentes disciplinas além da sociologia: a antropologia, a filosofia, a psicanálise. O trabalho de Boltanski oferece uma abordagem interdisciplinar sobre as implicações legais dessa prática que é centro de polêmicas e controvérsias no espaço público, mas que representa um drama pessoal principalmente na vida de mulheres.

A pesquisa resulta de trabalho de equipe: observação em serviços de ortogenia e de ginecologia, coleta de dados sobre atendimento das usuárias, e entrevistas com profissionais dos serviços, com médicos participantes do movimento de legalização do aborto, e com mulheres que passaram por essa experiência na França. O livro inclui o levantamento iconográfico de imagens da vida fetal, além do trabalho de documentação em diversos domínios das ciências sociais.

Ao analisar os registros antropológicos sobre o aborto, o autor conclui que se trata de uma prática conhecida e difundida em todas as sociedades, mas que é ao mesmo tempo objeto de reprovação e de tolerância, e pertence ao domínio do oficioso. O aborto é reprovado em princípio e tolerado na prática, e embora conhecido, há poucas representações a seu respeito, como observa o autor. Mesmo nos países onde foi legalizado, ele permanece como prática clandestina e periférica. O reconhecimento da humanidade é uma questão principal no problema do aborto, o que é formulado em termos da distinção entre seres que são considerados humanos na carne (nascidos de mulher a partir de relações sexuais) e humanos pela palavra (reconhecidos em suas comunidades através de rituais coletivos). A singularização de um ente só é possível se este é confirmado pela palavra. O princípio de justiça (a não discriminação entre os seres), proposto por um observador externo, se opõe ao ponto de vista da mãe que pode ou não confirmar a humanidade do ente engendrado. Boltanski analisa os dispositivos que organizam a relação entre sexualidade e engendramento, quando o poder da mãe é subordinado a uma autoridade superior que assegura a confirmação pela palavra do ser engendrado na carne. Essa autoridade é identificada como o “Deus Criador” (muitas vezes em conjunção com a Ciência), o sistema de parentesco e o Estado-nação.

Com base nos depoimentos das mulheres que abortaram, a pesquisa encontra três tipos de justificativas distintas para inexistência do projeto parental: sexo casual, o projeto parental diferido (quando se pretende o filho no futuro) e quando há divergência do casal estável a respeito.¹

Uma das contribuições do autor para analisar o debate sobre o aborto é a identificação de categorias fetais, sendo a principal oposição entre o “feto autêntico” (cujo nascimento é desejado) e o “feto tumoral”, o não integrado ao projeto parental. Há outras representações de feto em correspondência com os arranjos citados: o “feto criacionista” (em referência ao “Deus Criador”), o “feto bárbaro” (relativo ao parentesco) e o “feto totalitário” (arranjo com o Estado). O “tecnofeto” é uma figura surgida a partir de novas tecnologias médicas de concepção (fertilização in vitro) e de imagem (visualização fetal), e das tecnologias jurídicas que regulam esses entes. A figura do “tecnofeto” tem destaque não apenas na argumentação do debate sobre o aborto, mas também na discussão sobre o estatuto do embrião extracorporal, que envolve a reprodução assistida e as pesquisas com células-tronco embrionárias.

FETO É PESSOA?

Boltanski examina os empreendimentos de legalização e de legitimação que acompanharam a despenalização. A discussão sobre a possibilidade de opor os direitos da mulher e do feto se desenrola em torno de definir se o feto é pessoa. No debate filosófico, constrói-se o feto a partir de sua substância ou a partir de sua relação com a mãe. Boltanski resume as conseqüências políticas da desqualificação da noção de humanidade comum no tocante a práticas como o aborto e o infanticídio, pois permite que um ser humano seja objeto da liberdade alheia. O autor também observa que o sofrimento das mulheres no aborto não é contemplado nos raciocínios dos filósofos morais.

Analisando a experiência das entrevistadas, Boltanski conclui que as categorias que organizam o discurso político ou moral sobre o aborto têm pouca utilidade para compreender o que as mulheres dizem. Elas não se separam como sujeito autônomo do outro ser distinto em seu corpo. Isso se afasta da ênfase por filosofias feministas no sofrimento da mulher, que refutam a contraposição liberal dos direitos da mãe e os direitos do feto.

Boltanski conclui o livro tentando compreender as razões que forçam a fazer desaparecer o aborto ou a esquecer-lo. A tendência de se fechar os olhos quanto ao aborto diz respeito a ser uma ação orientada com referência à lógica do menor mal. Existe o desejo de que o

¹ Resultados previamente analisados no livro de Nathalie Bajos e Michelle Ferrand – BAJOS, Nathalie; FERRAND, Michelle et équipe GINE. *De contraception à l'avortement, Sociologie des grossesses non prévues*. Paris: Editions INSERM, 2002.

aborto desapareça por parte dos contrários, conduzindo a sua proibição e re penalização, o que resultaria novamente na prática clandestina. Os favoráveis à liberalização fariam desaparecer o aborto ao propor sua “desdramatização” e integração ao mundo ordinário. Essa posição não é sensível às dificuldades psíquicas que enfrentam as mulheres entrevistadas, em seu luto que indicaria representações arcaicas e uma definição de feminilidade dependente da maternidade.

Com sólida pesquisa empírica e comparativa que considera a experiência das mulheres, o autor analisa as questões relacionadas à autonomia da mulher e à condição do feto, revelando estruturas subjacentes à prática do aborto que explicam seu caráter tolerado desde que mantido oculto, e expõe as raízes das disputas que envolvem sua criminalização ou legalização. O livro pode desagradar certas perspectivas ideológicas favoráveis ou contrárias à maior liberdade de decisão frente a uma gravidez indesejada, contudo ele permanece como uma contribuição importante para a sofisticação do debate público em torno do aborto.